

CENTRO PAROQUIAL Casa da Sagrada Família de Penafiel

Rua Direita, 87 - CP 4560-462 Penafiel - Tel. 255 212 678 e-mail: csfpenafiel@iol.pt - NIF. 501 651 039

N/Ref^a.: DF/AOF-13 Data: 06 de maio de 2018

Assunto: Relatório e Contas de 2017

(Enviado com aviso de receção)

Ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Manuel da Silva Rodrigues Linda Bispo do Porto Casa Episcopal – Terreiro da Sé 4050 – 573 PORTO

Para os devidos efeitos, remetemos a Vossa Excelência, cópia do Relatório e Contas com os respetivos anexos referente ao exercício económico de 2017, da Instituição, CENTRO PAROQUIAL - CASA DA SAGRADA FAMÍLIA DE PENAFIL, cumprindo assim o determinado na alínea b) número 1, do artigo 19.º, dos seus Estatutos, (Competências da Direção).

Com os meus melhores cumprimentos;

O Presidente da Direção

Pe. Paulo Jorge Barbosa da Rocha



RELATÓRIO e CONTAS

EXERCÍCIO DE 2017



INDICE

Capitulo: Pág
Índice1
Identificação da Instituição2
Órgãos Sociais3
Relatório de Gestão:
Introdução/Órgãos Sociais4
Organização Interna5
Prejuízos Operacionais/Execução Orçamental5/6
Informação/Económica/Financeira/Balanço6/7
Quadro do Pessoal9
Abordagem das Contas7
Analise dos Gastos9
Analise dos Rendimentos
Analise dos Resultados10
Proposta para Aplicação de Resultado10
Considerações Finais11
Relatório do CC

Anexo: Atas da Direção e Parecer do Conselho Fiscal.

Contas 2017

1- Identificação da Entidade

1.1 Designação

A Instituição adota o nome de CENTRO PAROQUIAL - Casa da Sagrada Família de Penafiel, fundada em 09 de dezembro de 1948.

1.2 Sede

Rua Direita, nº. 87, na cidade de Penafiel.

CP. 4560 – 462 Tel. 255 212 678 e-mail.- csfpenafiel@iol.pt

NIF.: 501 601 039 - Email: csfpenafiel@iol.pt

1.3 Natureza da atividade

É uma Instituição constituída na Ordem Jurídica Canónica, com o objetivo de prestar ajuda à comunidade com carências sociais sempre orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã.

A Instituição tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social, (IPSS), desde 15 de junho de 1984, por despacho da mesma da Direção da Segurança Social, com novos Estatutos aprovados pelo Episcopado do Porto em 30 de setembro de 2015.

Em conformidade com as naturezas que lhe provem, a Instituição presta serviço de apoio à 1º. e 2º. Infância e apoio escolar, através das Valências da Creche, Pré. Escolar e CATL.

1.4 Desde outubro de 2015, funciona a Sala de Estudo para apoio aos utentes do CATL.

Relands With

ORGÃOS SOCIAIS — Quadriénio de 2016 a 2019

DIREÇÃO:	Presidente
	Pe. Paulo Jorge Barbosa da Rocha
	Vice-Presidente
	Manuel Vieira Lopes
	Secretária
	Sandra Cristina Cerqueira Santos
	Tesoureira
	Hermínia Fausta Ribeiro Coelho Mesquita
	Vogal
	Luís Tadeu Pimenta Carvalho
CONSELHO FISCAL:	Presidente
	António Ferreira de Oliveira e Silva
	1°. Secretário
	Joaquim José Teixeira Alves
	2°. Secretário
	Domingos Moreira
N	ota: - Órgãos Sociais homologados pelo Paço Episcopal do
	Porto em 18 de janeiro de 2016



RELATÓRIO DE GESTÃO

o - Introdução

Para os devidos efeitos legais e estatutários a Direção do CENTRO PAROQUIAL - Casa da Sagrada de Penafiel, apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2017, e submete ao Parecer do Conselho Fiscal para posterior remessa ao Ordinário do Lugar conforme determina aa alínea b) do número 1. do Artigo 19°. (Competências da Direção) dos Estatutos da Instituição.

Este Relatório representa assim, a continuação de um ciclo que tem por objetivo a promoção da missão da Instituição num contexto social particularmente delicado que, naturalmente coloca desafios diferentes em cada ano, num tempo de austeridade que permanece no nosso País desde meados de 2011.

Cabe aqui repetir que a delicada situação social que se continua a viver em todo o mundo e também em Portugal, aumenta a responsabilidade das IPSS Portuguesas em cumprir, de forma mais eficiente e eficaz a sua missão. Neste contexto, as IPSS envolvidas, devem reunir as condições mínimas para responder a esse aumento de responsabilidade, não obstante as dificuldades trazidas pela conjuntura económica e social.

Este conjunto de documentos procura relatar a posição económica/financeira da Instituição constituído pelo **Balanço**, **Investimentos e Demonstrações Financeiras** exigidas pelas diretivas do SNC/ESNL, acompanhadas de várias informações técnicas de modo a tornar mais simples a sua interpretação.

1 – Órgãos Sociais:

Conforme o disposto no ponto 4 do art.º 5º do Decreto-Lei nº. 172-A/2016 de 14 de novembro, a instituição alterou os seus estatutos, Já aprovados pelos órgãos de tutela, nomeadamente: Paço Episcopal e Centro Regional de Segurança Social.

Não querendo correr riscos, a instituição dentro dos prazos exigidos alterou os seus estatutos submetendo-o à aprovação de Sua Excelência Reverendíssimo Senhor Bispo do Porto, merecendo a sua aprovação conforme certificado do BISPADO DO PORTO de 30 de setembro de 2015.



2 - Organização interna

Podemos afirmar que o funcionamento da instituição se pautou dentro dos parâmetros globais que estabelecemos como objetivo para o exercício de 2017. De salientar nesta matéria e desde já o papel ativo e colaborante de todos os funcionários da instituição, com especial relevo para o empenho, zelo e dedicação evidenciada pelas Chefias de Serviços e restantes funcionários, a quem a Direção reconhecidamente agradece.

3 - Os prejuízos operacionais

Preocupada com a sustentabilidade da instituição no médio e longo prazo ao longo do ano de 2017, mais uma vez a Direção dedicou especial atenção à contenção de gastos para evitar prejuízos resultantes das atividades operacionais da instituição (serviços prestados nas valências da Creche, Pré-escolar, CAT e Sala de Estudo). Mesmo assim, ainda não foi possível neste exercício económico inverter a tendência para o défice de exploração, tendo apenas sido possível reduzilo minimamente, mesmo com a adoção de medidas ao longo do exercício que tiveram sempre presente a redução de gastos e a salvaguarda da manutenção ou melhoria da qualidade dos serviços prestados aos utentes.

A falta de comparticipação S. Social a trinta e cinco utentes na valência do polo II da Creche continua a impedir a possibilidade de apurar um resultado económico positivo.

Mantemos o nosso propósito de envidar todos os esforços para que se atinja o equilíbrio de exploração nos anos futuros, embora sempre condicionados à esperança de ser atribuída a compensação prometida pela S. Social. Se tal não vier a acontecer será muito difícil de atingir num curto prazo esse objetivo pois irão prevalecer problemas de fundo de ordem financeira, que nos obrigará ao recurso de aumentar as mensalidades dos utentes que, a não ser possível, não permitirá ir tão longe quanto desejaríamos, pelo que temos hoje, ainda mais consciência das dificuldades para atingir esse objetivo estratégico sem que sejam realizados projetos para rendimentos complementares.

4 - Execução Orçamental

Cumpre-nos finalmente, assinalar com inteiro agrado, o nível de execução e cumprimento do Orçamento para 2017, uma vez que os desvios resultaram numa pequena diminuição global e comparativa, entre os Proveitos e os Custos, de apenas 1.235.95 €, distribuída por rubricas conforme quadro abaixo.

Mapa comparativo entre Previsão Orçamental/Execução (Exercício de 2017)

Custos:			
Custo Mat, Sub. e Consumo	70.000,00	74.816,88	4.816,88
FSExternos	95.000,00	91.367,32	-3.632,68
Gastos c/Pessoal	535.000,00	595.997,20	60.997,20 -265,00 -1.010,70
Depreciações	16.000,00	15.735,00	
Outros gastos	7.000,00	5.989,30	
soma dos custos	723.000,00	783.905,70	60.905,70
Proveitos:			
Prestação de Serviços	279.000,00	316,787,90	37.787,90
Comparticipação ISS	442.000,00	362,925,74	-79.074,26
Juros e outros similares	45.000,00	93.572,16	48.572,16
Outros rendimentos	2.000,00	1.383,95	-616,05
soma dos proveitos	768.000,00	774.669,75	6.669,75
Resultado de exploração	45.000,00	-9.235,95	-54.235,95

Cost C

Nota:-Tendo em conta o rigor e a base de trabalho realista na elaboração do orçamento, estes resultados só foram possíveis na medida em que ao longo do ano foram aplicadas as medidas, anteriormente implementadas, de racionalização e rigor no controlo de gastos, sempre tendo presente o respeito pelos valores orçamentados, bem como uma postura ativa de busca de melhoria dos proveitos. Realce-se, aqui como em todos os outros procedimentos levados a cabo, a atitude construtiva e colaborante de todos os trabalhadores da instituição, com ou sem funções de chefia.

5 – Informação Económica e financeira

A Direção, dando cumprimento ao legal e estatutariamente estabelecido presta a seguinte informação referente ao exercício que findou em 31 de Dezembro de 2017, contida nos seguintes instrumentos de gestão:

- Balanço;
- Investimentos;
- Demonstração de Custos e Proveitos, e
- Resultados.

De forma resumida, apresentamos seguidamente alguns mapas de análises que se desenvolvem e explicam a evolução das componentes económico-financeiras, tornando assim mais fácil a sua interpretação.

Balanço comparativo em 31 de dezembro de 2017/2016 (Valores Líquidos)

1 4 5 1	THE RESERVE OF THE PERSON	and house.	JUNEAU DE	Variação 20:	17/16	%
	Rúbricas	2017	2016	Valor	%	Estrutura
	ATIVO:					
41	Inventimentos Financeiros	488,19 €	488,19 €	0,00€	0%	0%
43	Ativos Tangiveis	478.790,51 €	452.417,00 €	26.373,51€	6%	51%
44	Ativos Intangiveis	1.095,99 €	2.192,00€	-1.096,01€	-50%	0%
21	Clientes-Utentes	1.199,00 €	898,00€	301,00€	34%	0%
23	Adiantamentos a Pessoal	0,00 €	374,00 €	-374,00 €	-100%	0%
24	Estado e outros Entes Publicos	0,00€	0,00 €	0,00 €	0%	0%
27	Outros Devedores	148.744,15€	145.938,53 €	2.805,62 €	0%	16%
28	Diferimentos	3.325,00€	2.876,00 €	449,00 €	0%	0%
11+12+13	Caixa e Bancos	309.656,84 €	345.947,00 €	-36.290,16 €	0%	33%
	Soma do Ativo	943.299,68 €	951.130,72 €	-7.831,04 €	-1%	100%
	CAPITAL PROPRIO E PASSIVO:					
51	Fundo Social	40.600,51 €	40.600,51€	0,00 €	0%	4%
56	Resultados Transitados	889.383,39 €	919.135,78 €	-29.752,39 €	-3%	94%
81	Resultado do periodo	-9.235,67 €	-29.752,39 €	20.516,72 €	-69%	-1%
	Soma Capital Próprio	920.748,23 €	929.983,90€	-9.235,67€	-1%	98%
	Passivo:					
22	Fornecedores	11.768,91€	8.525,49 €	3.243,42 €	38%	1%
24	Estado e outros Entes Publicos	10.782,82 €	12.620,93 €	-1.838,11€	-15%	1%
28	Outros Conta a Receber/Pagar	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0%	0%
	Soma Passivo	22.551,73 €	21.146,42 €	1.405,31€	7%	29
- 1 2	Soma Capital + Passivo	943.299,96 €	951.130,32 €	-7.830,36 €	-1%	100%

Contas 2017

5.1 – Abordagem das contas (apenas as mais significativas)

Contas do Ativo:

C/11, 12 e 13:- Caixa e Bancos: - Os seus valores em euros, refletem os meios financeiros disponíveis em 31 de dezembro de 2017, assim distribuídos:

11 - Em Caixa
 249 €
 12 - Em Deposito à Ordem
 29.407 €
 13 - Em Depósitos a Prazo
 280.000 €

Verifica-se uma diminuição de saldo em 50.000 € verba resgatada da conta Dep. Prazo para suprir necessidade de tesouraria por via do último pagamento das obras efetuadas no edifício da sede e habitações alugadas.

C/21, 27 e 28:- Representa as dívidas de e a terceiros, assim constituídas:

De Devedores:

Utentes	1.199€
Fábrica da Igreja Penafiel	230.000€
Pedidos de Restituição de IVA	8.000€
Inquilinos	2.850 €
Gastos a reconhecer (Seguros)	3.325€
Soma	245.713€
A Credores:	
Fornecedores	11.769 €
Acréscimo de Custos	89.713 €
Outros Credores	1.716 €
Soma	103.197 €

C/41-42-43 Propriedade de investimento e Ativos Tangíveis:- Regista um aumento líquido no valor de 41.013.03 €. Valor sujeito a depreciação nos termos da Lei, referente a pequena obra de beneficiação e reparação efetuadas no edifício onde operam as diversas valências, casas arrendadas e aquisição e reparação, de equipamento de funcionamento, conforme se explica no mapa abaixo:

Alteração nos Ativos (Exercício de 2017)

D	Movi	mento de ati	vos	- 1	Depreciações		valor
Descrição	31-12-2016	Adições	31-12-2017	31-12-2016	Adições	31-12-2017	Liquido
Investiment	os financeiros						
4151-em tit	99,76	0,00	99,76	0,00	0,00	0,00	99,76
4158-FRSS	388,43	0,00	388,43	0,00	0,00	0,00	388,43
Subtotal	488,19	0,00	488,19	0,00	0,00	0,00	488,19
Propriedade	s de Investimen	to:					
4331-Em T€	14.205,76	0,00	14.205,76	0,00	0	0,00	14.205,76
4332-Habit	402.708,64	0,00	402.708,64	390.876,45	1.600,00	392.448,45	10.260,19
Subtotal	416.914,40	0,00	416.914,40	390.876,45	1.600,00	392.448,45	24.465,95
Ativos fixos	tangiveis						
4332-Edifici	790.571,78	38.218,72	828.790,50	383.438,88	9.377,00	391.527,49	437.263,01
4333-Equir	96.474,51	1.497,66	97.972,17	83.740,00	1.630,00	85.554,50	12.417,67
4334-Equip	21.850,71	0,00	21.850,71	21.305,22	182,00	21.487,22	363,49
4335-Equir	54.252,64	1.296,65	55.549,29	50.514,90	1.850,00	52.364,90	3.184,39
4337-Outro	19.451,50	0,00	19,451,50	19.451,50	0,00	19.451,50	0,00
Subtotal	982.601,14	41.013,03	1.023.614,17	558.450,50	13.039,00	570.385,61	453.228,56
Ativos Intan	giveis						
4431-Diver	6.194,84	0,00	6.194,84	2.906,85	1.096,00	4.002,85	2.191,99
Sub. Total	6.194,84	0,00	6.194,84	2.906,85	1.096,00	4.002,85	2.191,99
Total,,,,,,	1.406.198,57	41.013,03	1.447.211,60	952.233,80	15.735,00	966.836,91	480.374,69



Passivo:

C/22 - Fornecedores: - Totaliza os créditos de fornecedores em 31 de dezembro, totalmente pagos em janeiro de 2018.

C/24 - Sector Público Administrativo: – Refere-se à retenção na fonte feita a funcionários nos vencimentos de dezembro de 2017, a independentes/empresários, para IRS e TSU (Retenção+ parte patronal). Os valores evidenciados já foram pagos entregues ao Estado em Janeiro de 2018.

C/27-28 - Credores diversos:- Da verba expressa nesta rubrica, 89.713.30 €, refere-se exclusivamente ao valor de encargos com o pessoal referente ao vencimento do mês de férias, Subsidio de Férias, TSU (p/patronal) e seguros a liquidar em Junho de 2018, relativos a 2017. Refira-se que a taxa social única (TSU) em 2017, aumentou em.03%, nos termos da Lei, passando de 22% para 22.3%.

5.2 - Valores Capital Próprio e Passivos:

Capital Próprio:

C/56 - Resultados Transitados: - Agrupa os valores acumulados do Resultados Líquidos apurados nos exercícios económicos anteriores.

6 - Análise dos Gastos:

A situação económica da Instituição, no exercício de 2017 apresenta uma evolução em termos de custos que reflete, a nosso ver, o normal desenvolvimento das suas atividades influenciada negativamente, pelo constrangimento provocado pelas medidas de austeridade implementadas no país, e com o aumento de gastos de consumo com 35 utentes da creche sem comparticipação do IGFSS, e ainda com gastos com o pessoal, por via do aumento do quadro do pessoal imposto pela CRSS.

Quadro da Contas:

Conta	Rúbricas			Variação 2	*	
Conta		2016	Valor	×	Estrutura	
61	Custo Produtos Consumidos	74.817 €	75.152 €	-335 €	-0,4%	9,5%
62	For. Serv. Externos	91.367 €	101.541 €	-10.174 €	-10,0%	11,6%
63	Gastos com o Pessoal	595.997€	524.286 €	71.711 €	13,7%	75,8%
64	Depreciação e amortizações	15.735 €	14.327 €	1.408 €	9,8%	2,0%
68	Custos e perdas Financeiros	5.989€	12.179 €	-6.190 €	-50,8%	0,8%
	Total dos Custos	785.923 €	729.501€	56.421€	7,2%	100,0%



Stant .

Analisando a variação dos Gastos globais de 2017, comparados com o mesmo período de 2016, verifica-se um aumento cerca de 7.2%, equivalente a 56.421 €, sendo a rubrica do pessoal a mais contribuiu para essa situação, por motivo como, já se disse, do aumento do quadro do pessoal, por exigência do CRSS e contabilização do Subsídio de refeição (38.659 €), verba contrabalançada na Conta de Proveitos, o que por isso, não cria impacto no Resultado.

Verificou-se uma pequena diminuição nas rubricas 61, 62 e 68.

Refira-se por último que, por imperativo legal, a doação do Banco Alimentar de géneros alimentares, passou a ser obrigatória a sua contabilização, tendo agravado a rubrica de Custos das MVC. Em cerca 13.000 €, verba contrabalançada, pelo mesmo valor numa conta de Proveitos, o que, por isso, torna o seu peso financeiro nulo.

No quadro abaixo desdobra-se os custos com FSE e com o Pessoal.

Os gastos com o pessoal, por aplicação do ACT, representam os compromissos contratualizados com os funcionários que integram a estrutura do quadro do pessoal, preenchido segundo as exigências do CRSS, tendo em conta o número de utentes em cada Valência.

Quadro do Pessoal em 31-12-2017

Coto = [D==6	11 2	Afetação/Setor			A 3
Categ/Prof.	QT.	Creche	Pr'-Esc	CATL	Comuns
Quadro de Chefias:					1
Diretora Técnica	1	0	0	0	1
Contabilista Certificado	1	0	0	0	1
Encarregada Geral-Sgerais	1	0	0	0	1
Soma	3	0	0	0	3
Quadros Médios:					
Educadoras	11	4	4	3	0
Professora Primária.	1	0	0	1	0
Auxiliares/Aj. Educação		9	4	1	0
Assist. Administrativo	1	0	0	0	1
Cozinheira/Aj. Cozinha	4	0	0	0	4
TA-Serv- Gerais	4	0	0	0	4
Soma	35	13	8	5	9
Total	38	13	8	5	12

7 - Analise dos Proveitos

Os proveitos têm a sua maior expressão nas mensalidades cobradas aos utentes e subsidio à exploração atribuída pelo IGIF, nos termos dos acordos estabelecidos segundo a lotação nas diversas valências, donde resultou os seguintes valores:



Resumo por contas dos proveitos:

Canta	Rúbricas		WEST TON	Variação 201	15/2014	%
Conta	Rubricas	2017	2016	Valor	*	Estrutura
72	Prestações de Serviço	316.788 €	285.354€	31.434 €	11,0%	39,8%
75	Comparticipações ISS	362.926 €	368.483€	-5.557€	-1,5%	45,5%
75	Sala de Estudo	22.099 €	13.418 €	8.681 €	64,7%	2,8%
78	Prov. E Ganhos Financeiros	93.572 €	41.738 €	51.834 €	124,2%	11,7%
79	Prov. E Ganhos Extraordinários	1.384 €	2.158 €	-774 €	-35,9%	0,2%
	Total dos Custos	796.769€	711.150 €	85.618 €	12,0%	100,0%

Analisando a variação dos rendimentos na sua globalidade entre 2017 e 2016, verifica-se um aumento de 85.618 € em cerca de 12% por efeito de natureza contabilista por idêntico aumento nos Custos.

Detalhe das Comparticipações:

Totais recebidos 362.926 €, dos seguintes organismos: IGIF... 336.522. €, IEFP... 14.412. € e Banco Alimentar ... 11.992 €

Proveitos em mensalidades e Subsídio à Exploração-IGIF

	Utentes			10 10 27 15	Proveitos	
Valências	c/acordo	s/acordo	Total	Mens.	S.Expl.	Total
Creche-I/II	40	35	75	117.774	130.320	248,094
Pré-Escolar	70	24	94	100.103	146.605	246.708
CATL	60	25	85	42.688	50.242	92.930
Somas	170	84	254	260.565	327.167	587.732

8 - Análise de Resultados

C/81 - Resultado Líquido do Período: - Revela a diferença entre os Proveitos e os Custos do exercício de 2017 € traduzindo um Resultado liquido negativo no período, de -9.235.95 €, consequência de três razões fundamentais:

- i)- Falta da compensação do CRSS., aos 35 utentes da Nova Creche por atribuir: (250€*35*12=105€)
- ii) Gastos com obras de reparação beneficiação de ativos fixos: A edifícios, moradias e equipamento no montante de
 41.003 €.
- iii) Diminuição de receita em juros de capitais depositados, consequência da descida drástica nas taxas de juro aplicadas pelas instituições bancárias em Depósitos a Prazo.

Acreditamos que no decurso e 2018, o CRSS, aprove ao comparticipação aos utentes do Polo da Creche,

9- Conclusão:

Considerando o ano de 2017, ano que se caracterizou ainda, pelas limitações criadas pela conjuntura da crise, ainda sem crescimento de carácter económico-financeira que, ainda se verifica nos países do Euro, se recomponha em 2018, particularmente no nosso país, de modo a possibilitar a estabilidade das Instituições, sobretudo para aquelas, como a nossa, cuja finalidade, como lhe compete por ser IPSS, prestar serviços aos mais necessitados, poderemos orgulharmo-nos, por um lado, de termos sabido gerir a instituição de modo a prestar um serviço à Comunidade sem quaisquer restrições, e por outro, apresentar as Contas de Gerência com o saldo embora negativo, permite à Direção encarar os próximos anos com alguma confiança.

10 - Proposta de distribuição de Resultados

A Direção propõe que o Resultado do Exercício de 2017, representado por -9.235.95 €, seja transferido para a Conta de Resultados Transitados.

11 - Considerações Finais:

A Direção agradece o empenho e a colaboração dos restantes Órgãos Sociais bem como de todos os funcionários da Instituição, por terem contribuindo de modo exemplar e muito significativo, para o regular funcionamento da instituição.

A Direção:

Pe. Paulo Jorge Barbosa da Rocha - Presidente:
a) & Pauly yota honds
Manuel Vieira Lopes - Vice Presidente:
a) Janul Ville hops
Sandra Cristina Cerqueira Santos - Secretária:
a) Care la pistin (enquire su vo
Hermínia Fausta Ribeiro Coelho Mesquita Jesoureira
a) Hermini Faut Ribeiro Cocho Hagent
Luís Tadeu Pimenta Carvalho - Vogal:
a) Cerefree fort.

Contas 2017

RELATÓRIO DO CC (Contabilista Certificado) CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2017

De

Técnico Oficial de Contas

Para

Exma. Direção

O presente relatório é emitido tendo como objetivo, dar conta da atividade do Técnico Oficial de Contas e esclarecer os movimentos mais significativos do Exercício de 2017, de forma a facilitar a sua interpretação:

Assim, de entre outros executei os seguintes procedimentos:

- 1) Adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Instituição e que se divulga em documentos anexos;
- 2) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o BALANÇO, INVESTIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, elaborados de acordo com as normas instituídas pelo SNC/ESNL.
- 3) Análise de informação financeira divulgada, tendo efetuado os teste que considerei oportunos em função dos valores envolvidos:
 - 3.1) Reconciliação das contas bancárias, efetuada entre os extratos bancários e os registos contabilísticos da Instituição;
 - **3.2)** Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos e custos do exercício, com particular incidência no seu balanceamento, diferimento e acréscimo:
 - 3.3) Em conseguência do trabalho desenvolvido entendo ser de relatar o seguinte:
 - i) O suporte documental dos registos contabilísticos encontra-se devidamente organizado e permite salvaguardar a rapidez e segurança da sua comprovação;
 - ii) Assisti à contagem física dos fundos de caixa, em 31-12-2017, tendo verificado a sua evolução no decorrer do exercício;
 - iii) Estas contas foram devidamente conferidas, e todas as obrigações com Estado foram satisfeitas.
 - 3.4) Foram calculados os seguintes Acréscimos e Diferimentos:
 - i) Acréscimos de proveitos a receber em 2018, referente 2017.
 - ii) Custos diferidos, expressa as despesas pagas em 2017 relativas a 2018
 - iii) Acréscimos de custos: Os saldos expressos no Balanço, referem-se às remunerações a pessoal, a

Cuid

Casa da Sagrada Família de Penafiel

Contas 2017

liquidar em 2018, relativas ao exercício de 2017, nomeadamente:

- a)-Vencimento no mês de Férias
- b)-Subsídio de Férias
- c)-Contribuição à Segurança Social parte Patronal e Seguros

4. -CONTAS DE MATÉRIA PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO:

Analisei os procedimentos instituídos para a mais correta e possível determinação das quantidades físicas, sendo considerado o custo de aquisição para a determinação do seu valor.

A Instituição adota o sistema de Inventário Intermitente.

5.-CONTAS DE IMOBILIZAÇÕES:

ATIVOS FIXOS TANGIVEIS

Aumentos:

As aquisições de imobilizado foram contabilizadas nas contas adequadas.

Depreciações:

As depreciações foram calculadas, tendo em conta as percentagens minimas indicadas na TABELA A-II – Taxas genéricas, constante do Decreto Regulamentar nº. 25/2009 de 14 de setembro do Ministério das Finanças, Publicado no DR 1ª. Serie Nº. 178 de 14 de setembro de 2009.

6. - AGRADECIMENTO

Agradeço a colaboração prestada pela Ex.ma. Direção e a de todos os responsáveis da Instituição com quem me relacionei mais diretamente no exercício da minha função.

Penafiel, 25 de março de 2018

a) António Francisco de Oliveira Ferreira

(CC - Nº. 10456)





ANEXO

ATAS:

Direção e Conselho-Fiscal

ATA NÚMERO QUARENTA E OITO(48)

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, na sala de reuniões do Centro Paroquial – Casa da Sagrada Família de Penafiel, sita na rua Direita, nº, 87, em Penafiel, reuniu a Direcão da Instituição, CENTRO PAROQUIAL – Casa da Sagrada Família de Penafiel para discutir, analisar e aprovar o seguinte:-PONTO ÚNICO - Analise e aprovação do Relatório e Contas do exercício de 2017.----Sem ausências, o Senhor Presidente da Direção abriu a sessão, começando por saudar os presentes.---Aberta a sessão, de imediato se procedeu à análise do processo e Relatório de Contas da Instituição reportada ao período de 01-01-2017 a 31-12-2017, documentos apresentados pelo seu CC, (Contabilista Certificado). -Da análise efetuada, a Direção, unanimemente, considera que o Resultado Negativo apurado no exercício de 9.235.67 €, reflete essencialmente, duas razões de fundo:---1 – Ausência de compensação do CRSS aos 35 utentes da Creche-II, calculada em cerca de 105.000 €, para todo o exercício.-2 - Que esse resultado deverá ser interpretado por menos 3.250 €, verba a receber em 2018 pela comparticipação em vencimentos a estagiários com o apoio do IEFP., referente ao exercício de 2017, com estágios concluídos em 2018.-Concluída a análise e aprovação das contas, todo o processo da Conta de Gerência, em cumprimento ao que determina a alínea b), número 1. Do artigo 19º, dos Estatutos. Todo o processo será remetido ao Conselho-Fiscal para obtenção do respetivo PARECER, e subsequente envio ao Ordinário do Lugar e CRSS, para conhecimento e homologação, respetivamente.-E, nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, será assinada por todos os presentes. Vice-Presidente: (Manuel Vieira Lopes) Secretária: (Sandra Cristina Cerqueira Santos) Tesoureira: (Hermínia Fausta R. C. Mesquita)

uís Tadeu Plmenta Carvalho)

CENTRO PAROQUIAL-Casa da Sagrada Família de Penafiel Ria Direita, 87

4560-462 PENAFIEL C.A.E.: 88910 N.I.F.: 501651039

Casa da Sagrada Família de Penafiel

Contas 2015



ATAS

Folha

ATA DO CONSELHO FISCAL

Número 16 (Dezasseis)

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezoito, reuniu co Conselho-Fiscal, para nos termos da alínea
b), número 1, art.º 26º, da Secção III, dos Estatutos do <i>Centro Paroquial – Casa da Sagrada Família de Penafiel</i> , e
do mandato que nos conferiram, emitir Parecer sobre a Relatório e Contas do Exercício Económico no período de
um de janeiro a trinta e um de dezembro de dois mil e dezassete, documento que nos fora remetido pela Direção
para esse efeito.————————————————————————————————————
Assim:
No âmbito das nossas funções verificamos que:
i) O Balanço e as Demonstrações financeiras, bem como os seus anexos, permitem uma
ampla compreensão da situação financeira da instituição
ii) As politicaS e os critérios valorimétricos adotados são adequados à natureza da
Instituição
iii) O Relatório de Gestão é esclarecedor de toda a atividade da Instituição evidenciando os
aspetos mais relevantes.————————————————————————————————————
Nestes termos e tendo em consideração as informações recebidas da Direção, o Conselho Fiscal emite o
seguinte:
PARECER:
Que, o Relatório e Conta do Exercício de 2017, já aprovado em sede de Direção têm a
aprovação unanime do Conselho Fiscal e aconselha a sua RATIFICAÇÃO pelo Ordinário do
Lugar
E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ATA que, depois de lida e achada conforme, será assinada
por todos os elementos do Conselho Fiscal:
O Conselho-Fiscal:
Presidente: - António Ferreira de Oliveira e Silva António Jezzaira Deireiza Silva
1º. Secretário: - Joaquim José Teixeira Alves Long- Loge Ferxeira Alxe
2º. Secretário: - Domingos Moreira House Tomos
V .